

EM TÔRNO DE RANKE: A QUESTÃO DA OBJETIVIDADE HISTÓRICA.

ARNO WEHLING

do Departamento de História do Instituto de Filosofia
e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio
de Janeiro.

“... *es will bloss zeigen wie es eigentlich gewesen ist* (1)
(apenas mostrar como realmente aconteceu).

Esta afirmação de Leopold von Ranke (1795-1886), feita em 1824, tornou-se um dos pontos fundamentais do pensamento histórico moderno. Não apenas mais um problema teórico, que o trabalho empírico do historiador supre perfeitamente: antes, um postulado de combate há mais de um século, de grandes consequências práticas para a historiografia.

Numa primeira abordagem, a expressão pareceu significar o objetivismo radical do autor: o historiador nem sequer reconstrói o passado, êle o apreende como realmente foi. Em consequência, qualquer interpretação fora dos documentos, qualquer explanação engajada na atualidade, será necessariamente uma atitude anti-científica.

A expressão, compreendida desta maneira, representaria a supercientificização da História por todo o restante do século XIX, ainda mais pela influência crescente dos sucessos nos campos físicos e biológico. Eis porque o comentário irônico de Carr:

“êste aforisma não muito profundo teve um fulminante sucesso. Três gerações de historiadores alemães, ingleses e franceses marcharam para a batalha entoando as palavras mágicas *wie es eigentlich gewesen ist* como um sortilégio, destinado, como

(1). — Leopold von Rank, *Geschichte der Romanischen und Germanischen Völker von 1494 bis 1514*, no prefácio à primeira edição, de outubro de 1824, em “*Sämtliche Werke*”, Leipzig, 1885, vol. 33, s. VII.

os sortilégios, a salvá-los da enfadonha preocupação de pensar por si mesmos” (2).

A questão torna-se mais complexa, porém, à medida em que analisamos os próprios textos de Ranke. Surge-nos então um pensamento bem diferente daquele que nos indica o mote, de tantas consequências. O problema está em identificar a expressão: trata-se de uma declaração de princípios, como a criticaram, dentre outros, Beard e Carr? Ou deve-se interpretá-la de maneira mais larga e menos dogmática, como uma afirmação preliminar da cientificidade da História? Em qualquer dos casos, qual a atualidade do tema?

Ranke e sua obra não precisam de reabilitação, nem de detração. Não só a História da Historiografia, nos trabalhos definitivos de Gooch, Thompson, Fueter e Meinecke (3) já situou seu papel na evolução do pensamento histórico, como é fora de dúvida que os princípios básicos do método foram lançados pela escola de Berlim. O interesse em identificar a origem, o significado e sobretudo o curso da expressão está em situar dois problemas:

a). — Elucidar aspectos da evolução da historiografia, em especial as tendências subjetivistas que ganharam impulso após a Primeira Guerra Mundial e, particularmente, o relativismo norte-americano.

b). — Discutir as principais questões relativas à objetividade histórica, a partir das reinterpretações do pensamento de Ranke, feitas nos últimos trinta anos.

* * *

1. — O CONTEXTO DA AFIRMAÇÃO.

1. 1. — *A História da Restauração.*

A História, à época da Restauração, quando Ranke iniciou sua obra de mais de sessenta anos (1824-1886), não tinha uma definição precisa: oscilava entre o *pensamento filosófico* (o passado comprovando o postulado e a funcionalidade do processo, como em Vico, Herder ou Hegel), o *exercício literário* (como ensinavam os manuais da *ars historica*, do tipo de Mably) e o *levantamento indiscriminado das fontes*

(2). — E. H. Carr, *What is History?*, Londres, 1967, pgs. 8-9.

(3). — G. P. Gooch, *Historia y Historiadores del siglo XIX*, México, 1942; J. W. Thompson, *A History of Historical Writing*, Nova Iorque, 1967, vol. II; E. Fueter, *Historia de la Historiografía Moderna*, Buenos Aires, 1953, vol. II; F. Meinecke, *El Historicismo y su Genesis*, México, 1946.

(como o fizeram os eruditos do Renascimento e do Barroco, de Lourenço Valla a Mabillon e Muratori) (4).

Esta produção intelectual voltada para o passado continuaria dispersa, entretanto, pela filosofia, literatura e erudição pura, não fôsse o fenômeno externo global mais significativo da História do pensamento europeu no século XIX, o Historicismo.

Não pretendemos aqui resumir ou voltar à discussão em torno do Historicismo, de Meinecke a Popper (5). Entendamos por Historicismo, de modo genérico, o movimento romântico, particularista e evolucionista que abarca quase todas as formas de expressão científica do século XIX, presente inclusive em pensamentos antagônicos da segunda metade do século.

Romântico, em suas origens, num duplo sentido: a ida ao passado como fator emocionalista (os valores puros, as grandes obras e a sensibilidade criadora estão em qualquer ponto do passado) e a oposição ao racionalismo filosófico, com suas leis e seu direito natural. Nada mais característico deste estado de espírito na época da Restauração do que o absoluto sucesso das novelas de Walter Scott, recriando para uma Inglaterra conflituada pelas crises do processo industrial o país bucólico e justiceiro que teria existido no século XII (6). Igualmente, a polêmica sobre as origens do Direito ilustra o segundo aspecto: Savigny e Eichorn, de um lado, e Thibault, de outro, isto é, a oposição entre a concepção historicista do direito consuetudinário, expres-

(4). — Arno Wehling, *Tendências Metodológicas em História*, em “Curriculum”, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1970, vol. I.

(5). — O assunto está exaustivamente levantado, com a crítica dos diversos historicismos, em F. Meinecke, *op. cit.*, e em E. Cassirer, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, 1922 (o livro de Meinecke foi publicado em 1936). A propósito de K. R. Popper, *The Poverty of Historicism*, Londres, 1957, a crítica de E. H. Carr, de que o autor usa “historicismo” como uma coletânea de opiniões sobre História que lhe desagradam” (E. H. Carr, *op. cit.*, pg. 92) parece-nos ligeira e incorreta. Mais do que descrever um processo intelectual, como Meinecke, Popper objetiva chegar à *morfologia do processo*. Veja-se a Introdução de “A Sociedade Democrática e seus Inimigos”, Belo Horizonte, 1959, em que Popper situa a questão. A propósito deste “essencialismo metodológico” em História, ver P. Gardiner, *The Nature of Historical Explanation*, Oxford, 1968, pág. 23.

(6). — Sobre o romantismo nas décadas de 30 e 40, cf. F. F. Lucas, *The Decline and Fall of the Romantic Ideal*, Cambridge, 1936. Quanto a Walter Scott, é importante lembrar sua influência sobre Ranke, que o lia com muito interesse, embora observasse que “entre outras coisas discordei de seu tratamento em relação a Carlos o Temerário e Luís XI, no *Quentin Durward*, em completa contradição com as fontes históricas... Afastei-me dele e concebi a idéia de desfazer-me em meus trabalhos de toda fabricação e ficção, para ater-me estritamente aos fatos”, J. W. Thompson, *op. cit.*, pág. 170.

são das tendências profundas do povo, demonstradas pela tradição, e a filosofia rousseauiana do direito natural, comum a todos os povos (racionalizada até à irrealidade, segundo seus críticos historicistas, pela filosofia da Ilustração). Ademais, o próprio fracasso das “repúblicas irmãs” montadas pela Revolução ao redor da França reforçou as teses historicistas da impraticabilidade dos modelos “naturais” de organização jurídica (7).

O ambiente romântico mostra pelo menos uma influência direta sobre a História, neste período: o historicismo de Guilherme de Humboldt. Segundo Humboldt, a Revolução Francesa, que apresentou um corpo tão coerente e combativo de idéias, não seria um paradigma de todos os grandes movimentos históricos? Em outras palavras, não serviria o seu estudo para uma analogia com as épocas da Reforma e do início do Cristianismo, comprovando a força das idéias como amálgamas e condutoras da História? Humboldt, dêste modo, inverteu a posição hegeliana, tornando as idéias imanentes ao processo histórico, e não transcendentas a partir de um plano divino (8). Sua ordem de preocupações, contudo, é a mesma de Hegel, e será a de Ranke.

O aspecto particularista do Historicismo interessa-nos, no que diz respeito ao pensamento de Ranke, como consequência metodológica: a busca do singular, do único e do *não necessariamente típico* (e não simplesmente do atípico, que corresponderia ao caos na informação e à falência do conhecimento histórico). Neste sentido, entende-se sua idéia de que

tódas as épocas estão próximas de Deus”:

os dados que o historiador encontra relatam uma determinada realidade, única, singular, que não se repete e que possui numa perspectiva *sub specie aeternitatis* valor próprio e semelhante a outras épocas e situações (9). Como esta posição evoluiu para o atomismo da historiografia “positivista” ou para o relativismo das leis históricas segundo os sistemas, é outro problema, adiante focalizado.

O evolucionismo é outro traço fundamental do historicismo. Não se trata de mero transformismo, sem finalidade — o evolucionismo

(7). — Cf. nossa comunicação interna, no Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Hegel e o Estado: Reconsiderações da Historiografia da Restauração*, abril de 1970.

(8). — E. Fueter, *op. cit.*, págs. 100-103.

(9). — Com base nesta argumentação, Powicke, critica a idéia dos “apogeu, declínios e transições”, em si. F. W. Powicke, *Modern Historians and the Study of History*, Londres, 1955, págs. 96-98.

historicista (e suas variáveis antropológicas e sociológicas da segunda metade do século XIX) é teleológico e supõe a noção de *processo*. O risco que existiu, entretanto, de supervalorizar o presente sobre o passado, como no caso de Tylor, na Antropologia (um evolucionista anti-historicista?), foi previsto por Ranke, e condenado na fórmula acima. De modo geral, aliás, o trabalho empírico *aparentemente* salvou a historiografia do vício evolucionista (10) e foi do pragmatismo histórico que a própria Antropologia, em 1896, rompeu definitivamente com os esquemas deterministas (11).

O historicismo transformou-se, portanto, numa *visão do mundo* desde a década de 30 do século passado, e, logo, *num método científico*. E, embora fruto do romantismo, continuou intocado após o triunfo do realismo e da ciência. Para a historiografia — mas não só para ela — Ranke fez verdadeira profissão de fé do seu significado específico:

“... não é somente (a História) um ramo particular do conhecimento, mas um modo particular e um método de conhecimento, mas um modo particular e um método de conhecimento em outros ramos. Determina sua influência na sociedade. Envolve outras ciências, registra seus progressos e as provas pelas quais as verdades foram estabelecidas. O pensamento histórico é mais do que o conhecimento histórico” (12).

O saldo, da História da Restauração é altamente favorável a Ranke, dentre todas as tendências observadas, a mais correta. Foi êle, juntamente com Niebuhr, mas com muito maior precisão, quem assinalou

(10). — O que não impediu a existência de uma interpretação *whig* na História inglesa, cf. H. Butterfield, *The Whig Interpretation of History*, Londres, 1931. Igualmente, desenvolveu-se uma historiografia anti-austriaca na Alemanha: o historiador Ottokar Lorenz, no século passado comentava que um dos problemas principais da historiografia medieval era justamente a projeção deste sentimento, cf. O. Lorenz, *Die Geschichtswissenschaft in Hauptrichtungen und Aufgaben*, Berlin, 1886-1887, vol. I, pág. 77. Ele próprio, entretanto, foi criticado por Ranke, de fazer o mesmo: “(quer)... tratar a Oto como um Carlos V; mas não há fontes...”, *op. cit.*, vol. II, pág. 123.

(11). — “Um estudo detalhado dos costumes em sua relação com o conjunto cultural da tribo que os pratica, relacionado com uma investigação de sua distribuição geográfica entre tribos próximas, oferece-nos quase sempre um meio de determinar com considerável precisão as causas históricas que levaram à formação dos costumes considerados...” Franz Boas, *The Limitations of the Comparative Method of Anthropology*, em *Race, Language and Culture*, Nova Iorque, 1940, pág. 276.

(12). — Leopold von Ranke, apud H. Butterfield, *Man on his Past*, Londres, 1969, pág. 97. Uma análise desta visão historicista como um “método” está em F. Meinecke, *Von geschichtlichen Sinn und von Sinn der Geschichte*, Leipzig, 1939, continuação da *Entstehung...*, saída em 1936.

uma das linhas da evolução científica da História, quando havia opções que iam da Filosofia à História patriótica e burguesa de um Thiers, por exemplo. A razão pela qual tornou-se “escola” o trabalho de Ranke foi uma só: o crescente prestígio da ciência e dos métodos objetivos de pesquisa, interpretação e explanação, de que foi o iniciador.

Este, o primeiro sentido de se

“estudar o passado como realmente foi: a multiplicidade de correntes que chamaríamos hoje não científicas, exigindo uma definição clara de objetivos, por sua parte, e um conselho de probidade” (13).

*

1.2. — *A Obra de Ranke, 1824-1886.*

A obra de Ranke iniciou-se em 1824, com a publicação da *Geschichte der Romanischen und Germanischen Völker*, que lhe valeu, no ano seguinte, a nomeação para a Universidade de Berlim. Neste trabalho, Ranke desenvolveu a idéia preferida, que o acompanhou até à morte, da unidade do mundo romano-germânico. E também aí realizou excelente trabalho de crítica histórica, sobretudo documental, e cunhou a expressão que comentamos (14).

Na verdade, esta foi a *primeira vez* que fontes históricas passaram a integrar uma obra, no sentido que entendemos hoje: nem mero arrolamento de documentos, nem História invertibrada, opinativa, com a consulta eventual às fontes para que confirmassem a tese do autor.

Comparemos este trabalho, no que foi seu maior mérito — o rigor metodológico — com os trabalhos que lhe foram contemporâneos. De início, podemos nos descartar dos filósofos, dos eruditos e dos engajados em excesso (do tipo dos críticos da Revolução Francesa, ou de seus defensores, como Burke, Barruel ou De Maistre). Os historiadores alemães da religião, como Niebuhr e Müller, haviam realizado um trabalho desordenado, difuso, sem precisão metodológica, apesar da evidente superioridade do primeiro (15).

(13). — Marc Bloch, *Introdução à História*, Lisboa, 1965, pág. 121.

(14). — Leopold von Ranke, *op. cit.*

(15). — Neste ponto, elucidam muito as origens da historiografia moderna a biografia de Ranke, W. Nalbandian, *Leopold von Ranke Bildungsjahre und Geschichtsauffassung*, Leipzig, 1901 e o estudo, mais limitado, de T. von Laue, *Leopold Ranke, the Formative Years*, em *Princeton Studies of History*, vol. IV, Princeton, 1950. Neste artigo o objetivo é justamente recolocar a frase em seu contexto, após as discussões de Beard.

Resta-nos, então, a *História da Revolução Francesa*, de Thiers, que, além dos pontos de contacto com a obra de Ranke, tem a vantagem de ter sido publicada quase ao mesmo tempo (1823-1827) (16). Vemos o trabalho que de mais perto se aproxima, na época, ao de Ranke, ficar a dever-lhe em quase tudo.

Em primeiro lugar, o uso de fontes. Em Ranke, a preocupação maior foi a separação das fontes primárias, daquelas narrativas de segunda mão, e dos historiadores. Como estas duas últimas estavam geralmente justapostas às primeiras, com séculos de interpolações e adições, seu trabalho seguia diversas etapas:

- a). — a identificação das fontes primárias;
- b). — a rejeição de qualquer interpolação;
- c). — a crítica das fontes secundárias, procurando desdobrá-las e encontrar nelas as informações primárias;
- d). — a crítica dos historiadores, procurando situá-los em sua época, e não lhes dando, como até então, um ilimitado crédito de confiança. Seguiu, entretanto, com muito mais gosto as três primeiras etapas, já que ali estava a criação histórica.

Foi, contudo, êste aspecto que destacou no verdadeiro manual de metodologia que é a *Zur Kritik* . . . (17). Aí, Ranke expôs suas idéias sôbre o que deveria ser o método histórico, através da crítica aos historiadores considerados como “definitivos”. Nos dois primeiros capítulos, comenta os historiadores italianos, de obras gerais e especiais sôbre o país; no terceiro, os espanhóis; no quarto, os alemães; no quinto, os franceses.

A *História da Revolução Francesa* também utiliza fontes, o que, pela forma empregada, igualmente era uma inovação. Sem o zêlo crítico de Ranke, porém. A própria motivação política da obra de Thiers, — exaltar a monarquia constitucional de 1791, opondo-a às tendências absolutistas do final do reinado de Luís XVIII, e depois, de Carlos X — bem como seu caráter de divulgação, fêz com que a seleção de documentos (abundantes nos dois primeiros volumes) tivesse um sentido parcial, enquanto seleção, e pouco técnico, do ponto de vista crítico.

Em segundo lugar, o “desinterêsse”. A História sempre oscilará entre o desinterêsse e o engajamento, e é da síntese entre o *pretensio* neutralismo moral e a participação do historiador no processo, que

(16). — Cf. J. Godechot, *Les Révolutions*, Paris, 1967, págs. 238-239.

(17). — Leopold von Ranke, *Zur Kritik neuerer Geschichtschreiber*, Leipzig, 1885, vol. 34.

crecerá. Mas em Ranke o “desinterêsse”, no sentido de busca puramente científica é sobremodo importante porque quase ninguém o praticara até então (18). E o “desinterêsse” tem consequências metodológicas positivas: a identificação das situações sem exclusivismos aparentes, a busca dos diversos componentes do fato histórico e a testagem das conclusões gerais pelas fontes. Se comparado o método à seleção ideológica de Thiers, é obviamente superior.

Outro aspecto a destacar é a questão da interpretação, ou compreensão (*verstandene Geschichte*) em Ranke. Narrar a História “como realmente foi” (no sentido agora depurado) não significa deixar de lado qualquer interpretação, como o fizeram tantos historiadores da segunda metade do século, a quem se aplica a crítica de Carr. Em Ranke, coexistiram e tiveram consequências no seu trabalho a noção herderiana do *Zeitgeist* (19); a religião, embora sem o sentido de interferência do transcendente que tomou em Hegel ou Niebuhr; o papel superior do Estado, como entendido por todo o século XIX (e as oposições seriam minoritárias todo o tempo, e difusas — anarquistas e marxistas). Nada, porém, que se transformasse numa metafísica, isto é, nada que não fôsse inerente ao próprio mundo dos fenômenos perceptíveis em si (como os fatos políticos) ou por suas consequências (como as idéias).

Ranke, como vemos, não era grosseiramente atomista; a lógica da História já é, para êle, uma filosofia da História:

“A História compreensiva é, na minha opinião a verdadeira filosofia da História” (20).

Chegou a submeter o desenvolvimento filosófico às contingências históricas, como seria de esperar, embora o fizesse num sentido diferente dos anti-hegelianos (e quão poucos escaparam de ser anti-hegelianos na segunda metade do século?):

“É preciso ter a sua História, não a coisa (filosófica) em si” (21).

(18). — Como disse em sua polêmica com Gervinus, quando êste afirmava que a Ciência deveria influenciar a vida contemporânea: “mas para ter alguma influência é preciso, antes de tudo, ser Ciência... poderemos ter um efeito real sobre o presente somente se... quisermos chegar a uma ciência livre e objetiva...”. Cf. J. W. Thompson, *op. cit.*, pág. 183.

(19). — E pouco ou nada do *Volksgeist* nacionalista em voga, cf. O. Diether, *Leopold von Ranke als Politiker*, Leipzig, 1911, pág. 50.

(20). — E. Kessel, *Ranques Idee der Universalhistorie*, em “*Historische Zeitschrift*”, vol. 178, outubro de 1954, pág. 285.

(21). — *Idem*, pág. 285.

“Neste sentido a História não é a negação, mas a realização da Filosofia” (22).

Os estudos de Ranke continuaram com as pesquisas em Veneza e em outros arquivos italianos, austríacos e alemães. Sua vasta obra, que culminou na década de 80 com uma *Weltgeschichte* (e poucos a ousariam fazer nesta época) e seu trabalho no magistério produziram uma escola e marcaram gerações sucessivas, num sentido mais positivo do que Carr mencionou. Convém reproduzir o quadro que Thompson organizou, para identificar a filiação direta (primeira geração) dos discípulos de Ranke (23):

Leopold Ranke (1795-1886).

Arnold, Wilhelm (1826-83)
Bonnell, Heinrich (1829-70)
Burckhardt, Jacob (1818-97)
Carlson, Frederick Ferdinand (1811-87)
Cornelius, Karl Adolf (1819-1903)
Delbrück, Rudolf (1817-1903)
Dönniges, Franz Alexander (1814-72)
Dove, Alfred (1844-1916)
Dümmeler, Ernst Ludwig (1830-1902)
Giesebrecht, Friedrich Wilhelm (1814-89)
Gneist, Rudolf (1816-95)
Herrmann, Ernst Adolf (1812-84)
Hirsch, Siegfried (1816-60)
Jaffé, Philipp (1819-70)
Kampschulte, Friedrich (1831-72)
Klempin, Karl (1816-74)
Köpke, Rudolf (1813-70)
Maximilian II (1811-64)
Mörner, Theodor (1817-74)
Nitzsch, Karl Wm. (1818-80)
Pauli, Reinhold (1823-82)
Roepell, Richard (1808-93)
Roscher, Wilhelm (1817-94)
Schmidt, Adolf Wm. (1812-87)
Simson, Bernhard (1840-1915)
Sybel, Heinrich (1817-95)
Waitz, Georg (1813-86)
Wattenbach, Wilhelm (1819-97)
Wilms, Roger (1812-81).

(22). — *Idem*, pág. 304.

(23). — J. W. Thompson, *op. cit.*, pág. 190.

Encontramos agora o segundo sentido da expressão, tal como foi veiculada: erigir e aplicar o método histórico pela identificação das fontes primárias, secundárias e da historiografia.

*

1.3. — *O Objetivismo de Ranke: limites epistemológicos e metodológicos.*

Como toda contribuição científica, a obra de Ranke deixa saldos e débitos. Sua noção de objetividade — excluídos de antemão os exageros dos que o interpretaram erradamente como um “realista” radical — limitava-se duplamente:

a). — *pela impossibilidade de isenção absoluta do historiador* — embora reconhecesse este fato. Esta limitação traduziu-se de duas maneiras:

1). — pela identificação e estudo de uma certa História, não da História, ou seja, de um modo próprio de colocar-se sobre o passado, peculiar à sua cultura (24).

2). — pelos esforços que fez para não engajar-se em sua própria época ou deixar-se influenciar em seu trabalho, no que não foi de todo bem sucedido. De qualquer modo sofreu as críticas de discípulos seus, envolvidos na política alemã, como Droysen, Sybel e Treitschke (25).

b). — *pela unilateralidade do seu método* — embora a crítica às fontes primárias fôsse tecnicamente perfeita, falhou muitas vezes ao aceitar a veracidade de certos documentos, como no caso de alguns relatórios consulares venezianos a propósito das guerras da Itália; igualmente, o uso quase exclusivo de documentos oficiais tornou sua História parcial, não no sentido de que lhe faltasse espírito crítico para perceber os exageros partidaristas dos documentos, mas de que tomava conhecimento das transformações ocorridas em determinada situação apenas na medida em que as esferas oficiais o soubessem, e por sua ótica; como todo historicista de valor, Ranke estabelecia o primado da *situação histórica* sobre o indivíduo (e neste ponto seu maior discípulo foi Bismarck), cabendo portanto ao governo *conhecer e com-*

(24). — E reconheceu isto, contudo: “Ich gebe Geschichten, nicht die Geschichte”. Esta afirmação, que também consta do Prefácio à “História dos Povos Latinos e Germânicos”, de 1824, teve muito menos destaque. Ver os comentários a este respeito, de Lord Acton, em H. Butterfield, *Man on his Past*, pág. 219.

(25). — J. W. Thompson, *op. cit.*, págs. 187-204, sobre a escola de Ranke.

portar-se de acôrdo com a tendência — em consequência, limitava seu campo de pesquisas ao nível das macrodecisões, como diríamos hoje, sem descer às suas origens; finalmente, é preciso lembrar que sua História é apenas política, predominando o estudo das relações internacionais. As preocupações sociais e econômicas são estranhas à obra de Ranke, e mesmo a História cultural, embora ainda vivesse quando, por sua influência surgiram as obras mestras da historiografia econômica e cultural, de Schmoeller e Burckhardt.

Neste ponto, o melhor julgamento já foi feito por Lord Acton:

“... não escreveu do ponto de vista de um partido, como Ma-caulay, de um país, como Thiers, de uma religião, como Niebuhr, Droyen. Mas desejava ter um código de virtudes, especialmente os princípios que guiavam o historiador. (O historiador) ... deveria ser destemido, verdadeiro, desinteressado, capaz de observar favoravelmente a quem pessoalmente — por posição ou disposição — lhe desagradasse, paciente, acurado e justo. Deveria ter a melhor qualidade de um confessor — a humanidade” (26).

*

* *

2. — O OBJETIVISMO RADICAL DOS “SOCRÁTICOS MENORES”.

Diz Lucien Febvre:

“Folheemos o perfeito manual do erudito positivista, nosso velho companheiro Langlois-Seignob: a seus olhos a História surge como o conjunto dos fatos depreendidos dos documentos; ela existe, latente, mas já real, nos documentos, antes mesmo da interferência do trabalho do historiador. Sigamos a descrição das operações técnicas dêste último: o historiador encontra os documentos, para logo proceder ao seu “tratamento”: separa-se o bom grão do mau e da palha... Paulatinamente, acumula-se nas nossas fichas o puro trigo dos fatos: a única função do historiador é narrá-los com exatidão e fidelidade. Numa palavra: não se constrói História, ela é achada” (27).

(26). — H. Butterfield, *Man...*, pág. 93.

(27). — J. Glénisson, *Iniciação aos Estudos Históricos*, São Paulo, 1961, págs. 23-24.

Se, por um lado, a *historicização* do século XIX foi positiva, no sentido de dar à História categoria e rigor científicos, por outro lado o triunfo da ciência física e biológica após 1850 trouxe sérios problemas para o pensamento histórico. O evolucionismo, neste sentido, já é um historicismo absoluto, mas o pensamento científico, no qual também se embasa, experimentalista e em busca de leis, vai de imediato tornar-se anti-histórico. Se a História é incapaz de formular leis e de repetir experiências, e se a Ciência é, por definição, a contínua aplicação de leis cognoscíveis, o singular está excluído dela, e naturalmente, o histórico, que seria apenas o “singular relevante” do passado.

O grande problema das “três gerações” a que Carr aludiu, foi o de provar a cientificidade da História. *Esta cientificidade da História. Eis a verdadeira razão do objetivismo dos “socráticos menores”, rankeanos como Ranke não foi. O rigor metodológico e a compreensão (não Filosofia) da História, em Ranke, transformaram-se em obsessão fatical e horror à generalização nos historiadores, até que um Meinecke e um Skirb, na língua alemã, Croce na Itália e o grupo dos Annales, na França (1929), liderassem a oposição (28).*

Embora existam diferenças individuais acentuadas, inclusive de valor, e não apenas de posição, pode-se dizer que os caracterizava, como um todo, a identidade entre o sujeito e o objeto. Em primeiro lugar, existe um fato histórico, claro e irretorquível; em segundo, o historiador o descreve em seu estado puro — agora, sim, “como realmente foi”. O real — e esta aliás é a crença racionalista do século — é *cognoscível em si*. Só haveria margem para o subjetivismo na criação artística. E, assim mesmo, a estética seria mais racionalizável do que as aparências: não dizia Taine que as sinfonias de Beethoven

“são belas como um silogismo”? (29).

Quais são estas posições? Elas variam desde a historiografia fatical, pròpriamente erudita, dominante, até às diversas tendências da historiografia “determista” (à falta de outra terminologia), positivista ou marxista, em busca das leis relativas a determinadas etapas ou sistemas históricos. Do ponto de vista metodológico, a primeira corrente, empírica, opõe-se às generalizações e dá o primado ao “político”. A segunda — ou as segundas? — buscam comportamentos e situações típicas, próprias e relativas a determinado conjunto histórico, seja nu-

(28). — Certamente os trabalhos de Meinecke (citados), Lucien Febvre (*Combats pour l'Histoire*), Marc Bolch (cit.) e Croce (*Teoria e Storia della Storiografia*) são as bases do conhecimento histórico moderno, e informam tudo o mais.

(29). — J. W. Thompson, *op. cit.*, pág. 448.

ma perspectiva cognitiva (os estágios positivistas), seja sociocêntrica (os sistemas marxistas, ou as etapas econômicas de Bücher).

Apesar do desenvolvimento da História econômica e social (30) e da *neue Richtung* de Lamprecht e Jaurès, êstes destacando o papel das “massas” (como fenômeno psicológico, e não mais com o sentido romântico do “povo” de Michelet), continuou o primado do fatural e do atomismo da informação. O trabalho histórico continuaria a ser rigorosamente científico, como desejavam os manuais de Langlois e Seignobis, Bernheim e Bauer, e a História continuaria a reivindicar a sua posição de Ciência ante a Física, a Química e a Biologia, nos termos destas. Exatamente isto levou à tremenda ginástica intelectual de Rickert e Windelband, reclassificando as ciências para nelas colocar a História (“ciências culturais”, “ciências do espírito”, “ciências nomotécnicas”) — isto resolveria, talvez, o problema da História ante as demais ciências. Mas acrescentaria algo ao conhecimento histórico?

Na prática, chegara-se ao que se atribui a Fustel de Coulanges:

“Não sou eu que falo, é a História que fala através de mim” (31).

Qual a solução? Ampliar a pesquisa documental, até chegar, algum dia, à grande síntese? Mommsen abandonou praticamente a História romana, para editar documentos. Buscar leis? Breysig encontrou vinte e quatro e Taine concluiu que

“o Universo é um organismo mecânicamente constituído e a História nada mais é do que um problema de mecânica aplicada à psicologia” (32).

A tirania da idéia de ciência dominava as duas posições. Era o lugar ao Sol da História que estava em risco, e cumpria defendê-lo, apresentando os fatos “como realmente aconteceram”.

Foi preciso uma “revolução copérnica” na noção de ciência para que surgisse alguma outra posição no lugar desta historiografia. O re-

(30). — Sobre êste último aspecto, são fundamentais os capítulos de J. W. Thompson sobre a História Econômica, mostrando a sua progressiva historicização até Schmoeller, libertando-a dos esquemas da economia política; o artigo de P. Wolf, *L'Étude des Économies avant l'ère Statistique*, em “L'Histoire et ses Méthodes”, Paris, 1961; e a primeira parte de V. M. Godinho, *Introdução à História Econômica*, Lisboa s.d.

” (31). — C. L. Becker, *What are Historical Facts?*, em R. Nash, (organizador), “Ideas of History”, Nova Iorque, 1969, vol. II, pág. 186.

(32). — J. W. Thompson, *op. cit.*, pág. 449.

lativismo físico e a teoria dos quanta, revolucionando o pensamento científico e abalando o *diktat* da física newtoniana, partiram exatamente para o singular. A lei física, absoluta, irretorquível, caiu por terra: ela se aplica num nível causal, não em outro, muito menos em todos. O real não é apreensível na *totalidade absoluta*; êle é apreendido da *totalidade de uma perspectiva* (portanto, ao antigo relativismo filosófico da *posição sujeito-objeto* se acrescenta o relativismo físico da *posição do observador*) (33). A Ciência tornou-se menos científica, do ponto de vista metodológico, pela ida ao singular? Não. Num sentido, ela está se historicizando, pois, simultaneamente com o *típico e permanente* ela busca o *atípico e circunstancial* (34). E utilizando os conceitos de longa duração, não está o historiador trilhando o caminho inverso, fazendo uma “História do abstrato”?

Com base nisto e no desenvolvimento das demais ciências do Homem — sobretudo a Antropologia e a Psicologia — tornou-se possível o abandono do fatalismo em si e da busca às leis, *enquanto princípios históricos absolutos*. Entretanto, sua validade em certas citações específicas permanece de pé. Algumas deixam-se apreender na sua totalidade, e nelas o objetivismo do que “realmente aconteceu” é metodologicamente válido.

*

* *

3. — O SUBJETIVISMO CONTEMPORÂNEO E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO.

3.1. — *As transformações do século XX.*

Entendamos por subjetivismo contemporâneo na História as tendências não-objetivistas posteriores à primeira guerra mundial, e que tiveram sua expressão maior no grupo dos *Annales*, com Marc Bloch e Lucien Febvre (35). Embora envolvam numerosos matizes — dos

(33). — A. S. Eddington, *The Nature of the Physical World*, Cambridge, 1928. E sua consequência maior: “êstes atos destroem as relações de causalidade entre observações sucessivas. Não é mais possível concluir com certeza do resultado de uma observação, aplicando-o à seguinte. A mecânica quântica parte desta idéia básica, segundo a qual as leis naturais só podem ser leis estatísticas”, cf. A. March, *La Physique Moderne et ses Théories*, Paris, 1968, pág. 85.

(34). — J. Ortega y Gasset, *El Sentido Histórico de la Teoría de Einstein*, em “El Tema de Nuestro Tiempo”, Madri, s/d.

(35). — Já em 1902, sem que isto obtivesse ressonância e consequências práticas, avisara E. Meyer: “A escolha dos fatos depende do interesse histórico manifestado pelos que vivem no tempo presente”. Cf. E. Meyer, *Zur Theorie und Methodik des Geschichte*, em “Kleine Schriften zur Geschichtstheorie und zur wirtschaftlichen und politischen Geschichte des Altertums”, Halle, 1910, pág. 37.

relativistas e subjetivistas extremados norte-americanos, ao quantitativistas e aos marxistas europeus — e sofram a oposição dos antigos objetivistas empíricos e dos marxistas ortodoxos, realmente conseguiram dar um grande impulso à História contemporânea, tanto no campo documental, como no domínio da interpretação.

Com base nestas três séries de acontecimentos — a reavaliação da teoria da ciência, a ampliação das ciências humanas e o subjetivismo contemporâneo — ocorreu um ataque, muitas vezes indiscriminado, contra o objetivismo da historiografia do final do século, que não poupou a obra de Ranke, apontada como a origem de todos os males da supra-informação inconcludente.

O assalto às bases do objetivismo começara no final do século, com Croce, que se colocara na posição oposta, ao proclamar que “toda História é contemporânea”. Essa ordem de idéias geraria um subjetivismo radical, e anularia o conhecimento histórico em si. Como, porém, negar os aspectos concretos das situações que os historiadores empíricos vinham montando pacientemente? *Antiguidades sem processo?* O próprio Croce percebeu as consequências irrealis do idealismo, e reformulou sua teoria da subjetividade histórica: o conhecimento é subjetivo em si, mas possui elementos para captar situações objetivas. Assim, em termos lógicos, Croce representava a realidade histórica como uma situação em que o *predicado* era o elemento comunicador comum (todo subjetivismo, por definição, tem como problema central o epistemológico) e o *sujeito* a situação descrita (36).

O movimento cresceu com a criação dos *Annales* e a objetividade reduziu-se a um problema metodológico, não epistemológico. Este, aliás, é o fulcro da questão na atualidade: *o divórcio entre o historiador empírico, concordando em que “toda História é contemporânea” mas para quem o problema não tem maiores consequências profissionais, continuando a trilhar um objetivismo de fato e o metodólogo ou teórico da História, divisão absurda, mas que existe.* Ritter, no Congresso Internacional de Ciências Históricas, de 1955, já pedia ao historiador uma colocação metodológica prévia, não o mero trabalho empírico (37).

*

(36). — A evolução do pensamento de Croce está estudada em R. H. Collingwood, *A Idéia de História*, Lisboa, s/d., págs. 298-301. A conclusão é que a História “é um juízo, cujo sujeito é o singular e cujo predicado é o universal”, *op. cit.*, pág. 301.

(37). — G. Ritter, *Leistungen, Probleme und Aufgaben der internationalen Geschichtsschreibung zur neueren Geschichte*, em X. Congresso Internazionale di Scienze Storiche”, Florença, 1955, vol. VI.

3.2. — O “nobre sonho” e outras críticas ao objetivismo.

Sob êste ambiente, a expressão de Ranke voltou a circular intensamente, com um sentido negativo. Ela contrastava, inclusive, com a recém-criada sociologia do conhecimento, e o livro de Manheim era a última palavra no assunto. Além disto, o ataque era apoiado pela constatação de que os historiadores haviam contribuído em muito pouco para o conhecimento histórico, enquanto ramo da ciência (38).

A bandeira do relativismo foi levantada por Charles A. Beard, numa seção da *American Historical Association*, e sua conferência publicada no número de outubro de 1935 da AHR. Criticando o objetivismo, Beard comentava:

“Ranke podia escrever História, certamente, com um majestoso ar de imparcialidade e dizer que descreveu o passado como realmente foi. Por exemplo, pôde escrever sôbre os Papas de modo a agradar Católicos e Protestantes das classes altas. Estava certo de ter narrado a História dos Papas como ocorreu. Realizou êste objetivo?” (39).

Em seguida, Beard alinhava as razões pelas quais se limitaria o objetivismo. Não fêz, entretanto, nenhuma distinção prática entre a posição de Ranke e os historiadores posteriores — mais um equívoco, dos menores até, da *new history* norte-americana. Englobou-os todos sob o título geral de “objetivistas”, o que lembra um pouco a crítica de Carr a Popper (cf. n. 5). Destas razões, as mais importantes são:

- a). — O “passado como realmente foi” pode ser entendido apenas em seu sentido popular;
- b). — O historiador não pode “ver” objetivamente o passado;
- c). — Os testemunhos em geral referem-se a setores do passado, não a êle globalmente;
- d). — Ainda que o historiador possua tôda a documentação de uma situação dada,

“êle faz uma seleção parcial, uma leitura parcial, um registro parcial da multidão de acontecimentos e pessoas envolvidas” (40);

(38). — Como dizia H. Butterfield em 1931: “os historiadores refletiram pouco sôbre a natureza das coisas, e mesmo sôbre a natureza de seu próprio assunto”. Cf. H. Butterfield, *The Whig...*, pág. 67.

(39). — C. A. Beard, *The Case of Historical Relativism* (publicado inicialmente como *Noble Dream*); editado em R. Nash, *op. cit.*, pág. 166.

(40). — *Idem*, pág. 172.

e). — Os acontecimentos históricos envolvem aspectos éticos e estéticos, impedindo ao observador a “neutralidade” do físico ou químico;

f). — “Qualquer hipótese ou concepção geral empregada para dar coerência e estrutura aos acontecimentos passados... é alguma espécie de interpretação, algo de transcendente” (41);

g). — Citando Croce, Beard demonstra que na seleção e montagem do material o historiador participa, interferindo no processo;

“A validade da fórmula de Ranke e sua elaboração como Historicismo é destruída por contradições internas e rejeitada pelo pensamento contemporâneo. O poder do historiador é limitado. Ele pode pesquisar para, mas não pode encontrar a “verdade objetiva” (42).

Como vemos, o primeiro reparo exige apenas que o historiador seja honesto; do segundo ao quinto, seriam subscritos por qualquer historiador moderno, e parcialmente pelo próprio Ranke, se não envolvesse o valor de suas fontes; o sexto, entretanto, parece-nos o mais importante: aqui, Beard perdeu a oportunidade de criticar exatamente a *radicalização do objetivismo*, que é a pesquisa atomista. Ao invés de atacar a degeneração do objetivismo em reísmo puro, exalta-o, incidindo em dois erros: 1). — o de identificar Ranke com esta posição; 2). — o de negar à História qualquer sentido global imanente, ou como diríamos após Braudel, estruturas e conjunturas. Isto competiria, segundo êle, à Filosofia da História ou qualquer outra disciplina “transcendente”. Beard não se apercebeu de que o *mal maior do objetivismo não é metodológico*: pelo contrário, a sua utilização aguça o espírito do pesquisador. *Seu principal defeito é epistemológico*, é esta voluntária ida ao micro, ao fatalismo em si e a fuga a qualquer visão de conjunto. É não sair da História de acontecimentos para qualquer outro nível de conhecimento do passado, considerando “filosófica” qualquer História que seja a “História do abstrato”, como Mauro comentou (43). E quantas consequências nefastas deixaram estas conclusões!

(41). — *Idem*, pág. 172.

(42). — *Idem*, pág. 173. O que, para Morton White, é “típico da filosofia da História, a confusão entre a psicologia da interpretação histórica e sua lógica”. Morton White, *Can History be Objective?*, em H. Meyerhoff, *The Philosophy of History in our Time — an anthology*, Nova Iorque, 1959, pág. 188.

(43). — F. Mauro, *Nova História e Nôvo Mundo*, São Paulo, s/d, págs. 41-54.

A oitava afirmação é válida em parte, a nosso ver: as contradições limitam, mas não destroem, as conclusões de Rank, pois que ao nível em que se propuseram — História política e Relações Internacionais — continuam aptas e, o que é mais importante, muitas em uso corrente, sobretudo no segundo aspecto (44). Quanto à rejeição pelo pensamento contemporâneo, também só parcialmente é válida, como procuraremos demonstrar.

Mais coerentes, as observações de Carl Becker procuram sintetizar a noção atual de fato histórico, para daí fixar a questão do objetivismo. Aceites o que chamaríamos em princípio de “objetivismo metodológico e subjetivismo da pesquisa”, Becker procura mostrar:

a). — A impossibilidade de apresentar-se a totalidade de um evento;

b). — O historiador não pode eliminar a “equação pessoal” (o “presente é um produto do passado”, mas a recíproca é verdadeira, e o passado também é um produto do presente);

c). — A pesquisa histórica cria condições de entendimento “absoluto” apenas para o historiador. Não é possível recriar uma experiência intelectual, que é sempre do indivíduo;

d). — A História não é só um conhecimento científico. Ela é também um conhecimento difuso do passado, que cada um (não historiador) possui, a “extensão da memória” individual (45).

O assunto, entretanto, não estava encerrado. Referindo-se à crítica de Beard, A. I. Melden procurou recolocar o tema em sua situação original, eliminando as distorções dos relativistas:

“Ele está certo se se entende por “História como realmente foi” o passado em sua infinidade de detalhes. Mas ninguém, certamente, nem mesmo Ranke, o objeto especial dos ataques de Beard, sustentou a opinião de que, neste sentido da frase, a História como realmente foi é conhecida ou cognoscível” (46).

O perigo do subjetivismo radical é exatamente este: através do relativismo, historicizar de tal modo o conhecimento, a ponto de torná-lo inenteligível. Este tipo de relativismo já é, de fato, um solipsismo, verdadeira compartimentação do pensamento.

(44). — Considerando-se as limitações observadas.

(45). — C. L. Becker, *op. cit.*, págs. 177-192. Neste particular é muito interessante a discussão entre Geyl e Toynbee, sobre os “padrões” do passado. P. Gardinar, *Teorias da História*, Lisboa, 1969.

(46). — A. I. Melden, *Historical Objectivity*, a “Noble Dream”?, em R. Nash, *op. cit.*, pág. 195.

Exemplificando, Melden comenta que os relativistas propunham uma sucessão de triagens, a ponto de impedir o conhecimento. Esquemáticamente, seriam nada menos de quatro problemas de abordagem: a situação selecionada (A), as fontes principais (B), as fontes secundárias (C), a historiografia do assunto (D) e a análise do historiador (E), ou seja, as relações B-A, C-B, D-C e E-D.

Esta sofisticação não levaria a nada, em termos de *compreensão* do passado. Como consequência, voltar-se-ia à busca do particular pelo particular, não mais por temor à “filosofia” e à não-cientificidade da História, *mas por temor à própria História*.

Ninguém, entretanto, se ilude quanto ao objetivismo. O próprio Melden, ao final do seu artigo, comenta:

“Os que clamam por observar fatos sem pressupostos intelectuais enganam-se a si mesmos. Algumas generalizações antecipadamente aceitas, em cujos termos julgamentos de importância comparativa e relevância podem ser formulados, são necessárias para o historiador, se não quiser ser envolvido pela enorme massa de detalhes que confronta” (47).

Em outra crítica ao relativismo, Ernest Nagel concluiu:

“... embora o historiador seja indubitavelmente seletivo na condução de suas pesquisas, e embora predisposições pessoais e sociais freqüentemente marquem seu julgamento... nenhum destes fatos excluem a possibilidade de (emitir) explicações seguras sobre os eventos que estuda” (48).

A preocupação dos relativistas era afirmar que toda História é um *problema de seleção*. O que se constata é que *toda Ciência é um problema de seleção*. No caso da História, em comparação com as ciências naturais, parece-nos que o problema a resolver é o *tipo de seleção* que faz o historiador, distinguindo-o do Físico e do Químico, e não o problema da seleção em si (49). Nesse ponto, as novas posi-

(47). — *Idem*, págs. 203-204. Ou os “pressupostos metafísicos e morais”, como denomina W. H. Walsh, *Introduction to Philosophy of History*, em H. Meyerhoff, *op. cit.*, pág. 223.

(48). — E. Nagel, *An Evaluation of Historical Relativism*, em R. Nash, *oc*, pág. 216.

(49). — A opinião de G. J. Renier é o que chama de “pragmatista”: após discutir os critérios de conhecimento, concluiu que o problema da objetividade-subjetividade é resolvido pelo próprio trabalho empírico, através da crítica interna do documento. G. J. Renier, *History, its Purpose and Method*, Nova Iorque, 1965, págs. 161-162. Será tão simples a questão?

ções relativas à teoria da Ciência, sobretudo as saídas do empirismo lógico, podem acrescentar noções úteis.

* *
*

4. — *A noção de intersubjetividade.*

Mais cômodo do que definir pela negação o objetivismo metodológico, o objetivismo epistemológico (que é, como vimos, a sua justaposição) e os subjetivismos, com tôdas as suas nuances, é importarmos a noção de intersubjetividade, para — quem sabe? — encerrar de vez a questão, permitindo ao historiador trabalhar com instrumentos burilados.

Não pretendemos, igualmente, historiar a noção de intersubjetividade e suas vicissitudes. Basta situar que, em determinado momento, o subjetivismo radical, transformado quase em solipsismo, e o objetivismo, de outro lado, pareciam irreduzíveis, comprometendo o conhecimento. Partindo da constatação óbvia de que há um conhecimento objetivo (e portanto racionalizável), e de que, da mesma forma, êste conhecimento possuía limites epistemológicos, diversas correntes, sobretudo os empiristas lógicos e alguns fenomenologistas procuraram chegar a uma *categoria intersubjetiva do conhecimento*, isto é, na qual figurassem simultaneamente o *sujeito-conhecendo* e o *objeto conhecido*, de modo a que houvesse *um conhecimento*, válido para todos os sujeitos. Nem se trata de mero ecletismo metodológico, como procuraremos demonstrar ao tratarmos especialmente do tema. Como diz Kant:

“Se algo é válido para qualquer um que esteja no uso da razão, estão seu fundamento é objetivo e suficiente” (50).

Se substituirmos, em Popper, a expressão “enunciados científicos” por “conceitos históricos”, não teremos encaminhado, neste ponto de vista, a questão do “nobre sonho”?

“... a objetividade dos enunciados científicos está no fato de que podem confirmar-se intersubjetivamente” (51).

(50). — E. Kant, *Crítica de la Razón Pura*, Buenos Aires, vol. II, pág. 192.

(51). — K. R. Popper, *La Lógica de la Investigación Científica*, Madri, 1962, pág. 43.

O Homem possui com tôda a Ciência uma relação intersubjetiva. Einstein não se espantava com a capacidade humana de descobrir racionalmente fenômenos e situações, que depois constatava experimentalmente? Racionalismo e empirismo reunidos, esta a sempre grande lição de Kant — tantas vêzes esquecida nas Ciências Sociais. No caso da História, a controvérsia opondo relativistas e objetivistas em torno de Ranke, sòmente terá solução se aplicarmos a noção de intersubjetividade ao fato histórico — como o esboçaram Melden e Nagel, embora sem defini-la como tal. Ao objetivismo radical oporíamos apenas o rigor metodológico, ao subjetivismo as limitações epistemológicas e metodológicas do trabalho historiográfico.

*

* * *

5. — *A defesa de Ranke.*

Independentemente dos problemas epistemológicos e metodológicos que a questão envolve, a posição de Ranke foi reestudada por outros especialistas, na área da História da Historiografia. As conclusões, como comentamos, levaram à dissociação da imagem de Ranke daquela dos direta ou indiretamente “rankeanos”. Liebeschutz, Kessel e von Laue (52) recolocaram na sua verdadeira situação o historiador. E Florovski concluiu, após passar em revista esta reavaliação:

“... não se deve extrair de uma observação causal do grande mestre de História uma colocação de princípios. De qualquer modo, no seu próprio trabalho, Ranke nunca seguiu êste preceito, e foi sempre muito mais do que um cronista. Sempre procurou uma interpretação” (53).

O que Eberhard Kessel confirma, procurando exaustivamente mostrar a preocupação interpretativa de Ranke (54). Neste sentido, excetuada sua própria perspectiva limitada ao político e às relações internacionais, enquanto *metodólogo*, Ranke é muito mais “moderno” (na medida em que todo clássico é “atual”) do que as “três gerações” que o sucederam.

*

* * *

(52). — H. Liebeschutz, *Ranke, Historical Association*, vol. 26, 1954; E. Kessel e T. von Laue, cit.

(53). — B. Florovski, *The Predicaments of the Christian Historian*, Nova Iorque, 1959, pág. 152.

(54). — E. Kessel, *op. cit.*

Conclusões.

A discussão em torno do *wie es eigentlich gewesen ist* encobre, na verdade, problema muito mais importante, essencial da História, o da objetividade. Tôda a manipulação posterior dos dados, e o seu relacionamento, dependem de como o historiador se coloca ante o conceito.

Do exposto, podemos extrair alguma conclusões:

a). — *quanto às origens da historiografia científica*: a obra de Ranke deu o tom a uma determinada maneira de encarar a História. Em meio às tendências divergentes da filosofia, da literatura e do engajamento político, seu trabalho impôs-se como o mais produtivo e o mais correto. O rigor documental, o levantamento de fontes e a crítica à historiografia existente, separando nela o concreto do oniniático, valem como um método científico. Suas interpretações e visões de conjunto — a História como realização de um desígnio divino, embora sem interferências, a significação da Europa de estados, os círculos concêntricos, das guerras no norte italiano, no final do século XV, às da Revolução Francesa, a predominância do Estado, como fruto histórico, sôbre a civilização, inversamente a Burckhardt — continuaram válidas para o setor que procurou cobrir, a historiografia política, como demonstrou sobejamente Meinecke, na *Idee des Staatsrason*.

A despeito destas contribuições seus limites são claros, como vimos.

b). — *quanto à História da Historiografia*: a História, como Ciência, tem pelo menos um século e meio. Impõe-se, portanto, o estudo da História da Historiografia, por dois motivos: o aclaramento de perspectivas das gerações anteriores sôbre a História, abrindo-nos à compreensão de sua própria época, e do seu *ethos*, permitindo-nos uma avaliação da metodologia, seus crescendos e suas limitações. Evita-nos, igualmente, a separação, perigosa sob todos os títulos, en're o “metodólogo” e o “técnico” da historiografia. Seremos os últimos a entender a explicação historicista de que aquêles que não conhecem a História estão condenados a repetí-la?

c). — *quanto ao problema da objetividade*: a questão oscilou entre as diversas posições comentadas. Do ponto de vista da objetividade, poderíamos classificá-las — esquematicamente — em cinco tipos fundamentais, considerando: 1). — a posição metodológica; 2). — a posição epistemológica e 3). — a posição ideológica (quando ocorre o engajamento):

I. — objetivismo interpretativo não participante — vale-se do método crítico, predomina o “político”, destaca as idéias imanentes, aprecia-as em seu contexto, historiciza o conhecimento, reconhece a limitação natural do historiador, prega a necessidade da sua isenção, descarta o “ideológico” do trabalho histórico — corresponde à posição de Ranke.

II. — Objetivismo interpretativo participante — concorda com as premissas científicas e metodológicas de Rank; discorda, entretanto, da “indiferença olímpica” e prega o engajamento pessoal do historiador no processo políticos — Sybel, Treitschke, Thiers, Guizot.

III. — Objetivismo radical (fatalista) — Ao rigor científico e metodológico agrega conclusões epistemológicas, como o conhecimento integral do fato histórico, o atomismo dos dados, o caráter definitivo da informação — Fustel de Coulanges, Mommsen (segunda fase) e os positivistas (êstes em busca das leis do comportamento histórico, que os primeiros não acreditavam cognoscíveis).

IV. — Subjetivismo epistemológico e objetivismo metodológico — rigor documental; abertura para outras ciências, incorporação de novas técnicas ao trabalho histórico, contemporaneidade do conhecimento histórico — a linha dominante do pensamento e pesquisa histórica, cujo centro mais dinâmico foi o grupo dos *Annales*.

V. — Subjetivismo relativista — as mesmas características metodológicas, embora, como no caso da *new history*, o rigor científico seja discutível, contemporaneização “absoluta” do pensamento histórico, solipsismo das conclusões históricas.

d). — *quanto à noção de intersubjetividade*: entre o objetivismo metodológico e o subjetivismo epistemológico há um campo comum do conhecimento histórico, o que explica a validade da noção de intersubjetividade na História. Se pensarmos nos níveis históricos conforme formulados por Braudel, a noção permanece, e, aliás, torna-se muito mais útil, metodologicamente, na determinação da conjuntura e da estrutura (“abstratas”) do que na História de acontecimentos, onde o elemento cognitivo comum é facilmente constatado.

e). — *quanto ao trabalho do historiador* — a necessidade de reunir a História “empírica” — que sempre correrá o risco do fatal pelo fatal, ainda que seja o fatal-estatístico — à metodologia da História. É o colocar-se ante a História, como pediu Ritter, a obrigação primeira do historiador, pois a todo momento problemas requerem o *repensar* de conceitos e terminologias, como mostraram, em contextos completamente diferentes, Barraclough e Soboul. Além disto: é a

colocação metodológica que dá à História uma categoria especial de conhecimento, giranos em torno do tempo, e somente ela pode separar a importação de técnicas e conceitos, que é positiva e necessária, da despersonalização metodológica da História.

*

* *

Passada a *crise da consciência histórica* que o subjetivismo representou, pode a História retomar o seu caminho, e seu lugar? Parece-nos que somente pela volta ao objetivismo, no sentido atual da expressão (subjetivismo epistemológico e objetivismo metodológico), já que, como Goethe afirmou:

“quando as éras estão em declínio, tôdas as tendências são subjetivas; por outro lado, quando as coisas se encaminham para uma nova época, tôdas as tendências são objetivas” (55).

(55). — Cit. em E. H. Carr, *op. cit.*, pág. 124.